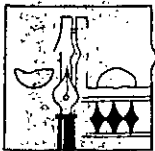


Política

sábado, 13/6/87

Egídio mantém proposta de oficialização de cartórios

BRASÍLIA— Juizes classistas, serventúrios da Justiça, membros do Ministério Público Federal e da Polícia Civil formaram nas últimas 48 horas o 'lobby' mais ativo junto à Comissão de Organização de Poderes e do Sistema de Governo mas o relator Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) não os atendeu e manteve sua proposta de oficialização dos cartórios de registros públicos. Em outro item, porém, o relator cedeu aos membros do Ministério Público e os procuradores-gerais da República continuarão, ao mesmo tempo, defendendo os interesses da União e atuando como agentes do Ministério Público Federal, em casos de competência da Justiça Federal.



públicos, não-privados) os cartórios judiciais e os cartórios de registros públicos de imóveis, registros civis e de títulos. Ao mesmo tempo, criou normas estabelecendo livre concorrência para notários e tabeliães abrirem novos estabelecimentos.

Os juizes classistas conseguiram evitar a extinção de suas funções quando foi apreciado o relatório da Subcomissão do Poder Judiciário, há 15 dias. Mas o relatório de Egídio acabou eliminando essa figura da Justiça do Trabalho. Em seu substitutivo, Egídio mantém juizes classistas somente nas juntas de conciliação e julgamento.

Egídio não acatou a proposta da Subcomissão do Poder Judiciário e manteve inalteradas as atuais atribuições do Supremo Tribunal Federal para tratar de casos constitucionais. Apenas aumentou de 11 para 16 o número de juizes no STF.

Ausência de relator atrasa votação

BRASÍLIA — Marcada para as 10 horas, a sessão da Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo só foi aberta às 14h30min, pois o relator, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), não apareceu na Câmara pela manhã e isso provocou atraso em todo o processo de votação, marcado em princípio para as 20 horas. Com as galerias cheias e mais de 70 parlamentares presentes, somente ao meio-dia o deputado Oscar Corrêa (PFL-MG), presidente da comissão, chegou ao plenário para comunicar o atraso e a ausência do relator.

Corrêa explicou que as cópias do parecer de Egídio não tinham sido impressas a tempo, pela gráfica do Senado. O relator passou toda a madrugada no 'Prodasen' e só saiu de lá às 7 horas, segundo um funcionário da gráfica. O atraso, entretanto, teria uma razão mais política do que técnica, disseram alguns dos próprios aliados de Egídio na comissão.

Ao perceber que teria dificuldades em ter

seu substitutivo original aprovado pelos 63 membros da comissão, Egídio estaria, na verdade, modificando-o substancialmente.

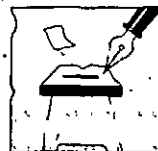
Com os relatores — na noite anterior, ele se reuniu com os relatores das três subcomissões de sua comissão, respectivamente os deputados José Jorge (PFL-PE), do Poder Legislativo, Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Poder Judiciário e o senador José Fogaça (PMDB-RS), do Poder Executivo.

Sob pressão— Com o atraso, os pedidos de destaque, que deveriam ser encaminhados à comissão até as 13 horas foram adiados para as 16 horas por sugestão de Oscar Corrêa. Vários deputados, porém, já prevendo que teriam que votar o substitutivo sob pressão, pediram mais tempo para apresentar os destaques.

Quando a sessão foi suspensa, às 12h25min, ninguém sabia onde estava Egídio.

Organização Eleitoral aprova substitutivo feito por Prisco Viana

BRASÍLIA — Com a ausência do líder Mário Covas, que chegou 40 minutos depois, e sete horas de atraso, devido às dificuldades do Centro de Processamento de Dados para imprimir o relatório do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), a Comissão de Organização Eleitoral começou a votação no plenário do Senado Federal. Foram apresentados 451 pedidos para votar, com destaque, vários artigos do substitutivo, a maior parte feita pelos deputados José Genoíno (PT-SP), Paulo Delgado (PT-MG) e Lídice da Matta (PC do B-BA).



O maior número de pedidos para votação de destaque se referia aos artigos que tratam do papel das Forças Armadas, do mandato-tampão para os prefeitos eleitos no próximo ano, das atribuições das polícias militar e civil e do Tribunal Constitucional, retirado do texto por Prisco.

Sobre as Forças Armadas, os partidos de esquerda queriam suprimir parte do artigo que expressava: "As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem". Para Genoíno, Lídice e Paulo Delgado, a frase terminaria em "Pátria". Havia, no entanto, emenda alternativa que dizia: "As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, da lei e da ordem; ouvidos os poderes constituídos". Era a solução com mais chances de ser aprovada, pois representava a negociação entre as duas partes.

Logo que se iniciou a sessão, suspensa pela manhã por falta do texto, o deputado José Genoíno encaminhou a votação contra o substitutivo porque considerou que o deputado Prisco Viana não havia atendido os relatórios vindos das subcomissões, particularmente no que se referia às exigências para organização dos partidos e ao voto distrital.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) se manifestou favorável à aprovação do substitutivo porque "reflete o desejo da maioria das emendas e isso é uma decisão democrática". Também encaminhando contra, o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) disse que a criação do tribunal Constitucional, proposta pela sua subcomissão e aprovado pela maioria dos membros "com tranquilidade" não havia sido aproveitado pelo relator.

Outro deputado, Ricardo Izar (PMDB-SP), falou favoravelmente ao substitutivo porque "das oito comissões temáticas, o deputado Prisco Viana foi o relator que mais aproveitou emendas e as propostas vindas das subcomissões". O deputado, no entanto, se manifestou contra o voto distrital, colocado no relatório.

As galerias do Senado estavam vazias, contrastando com a movimentação existente em todo prédio do Congresso e em clima de tranquilidade a comissão aprovou, por 44 votos a 8, o substitutivo, iniciando a votação dos destaques.